

O pacote de investimentos chinês “Dez projetos para expandir a demanda interna”: Uma abordagem pós-keynesiana para investimento público, renda e desigualdade

Marcelo Sette Mosaner

Bacharel em Relações Internacionais (PUC-SP)

Especialização em Cultura e Língua chinesa pela Beijing University (北京大学)

e Mestrando em Economia pela PUC-SP

E-mail: marcelo7m@gmail.com

Norma Cristina Brasil Casseb

Doutora em Economia pela Universidade de São Paulo e

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

E-mail: vncasieb@uol.com.br

Giordanno Nader

Mestrando em Economia Política

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: giordannonader@hotmail.com

CLASSIFICAÇÃO JEL : E11, E62

Palavras-chave: Keynes, investimento público, China, crise econômica, desigualdade de renda.

Keywords: Keynes, public investment, China, global economic crisis, inequality

RESUMO

O pacote de investimentos adotado pelo governo da China na crise econômica de 2008, foi aqui analisado à luz da Teoria Geral de Keynes e dos modelos pós-keynesianos estruturados a partir do esquema dinâmico presente em Keynes que situam a discussão acerca da instabilidade do sistema advindo das decisões de investimentos dos empresários e da importância do planejamento de Estado. No caso estudado, o correto balanceamento de política fiscal, monetária e cambial estimulam as expectativas dos agentes econômicos a favor da decisão de investir, reduzindo significativamente os impactos da crise econômica internacional no país. O pensamento de Keynes e de seus seguidores pós-keynesianos, se mostraram muito consistentes com as políticas nacionais de industrialização implementadas pela China, inclusive para enfrentar a crise global de 2008. O “modelo chinês”, sem perder de vista o movimento da economia mundial, conseguiu acelerar sua estratégia de internalização da produção e do consumo por meio da antecipação de grandes investimentos em infraestrutura, fator de possível redução das desigualdades urbano-rural no país. A análise do plano " Dez projetos para expandir a demanda interna" permitiu ainda tecer considerações exploratórias acerca das possíveis relações entre investimento em infraestrutura, crescimento econômico, redução da pobreza e distribuição de renda.

ABSTRACT

China's investment package adopted by the government on the verge of the 2008 global economic crisis was analyzed in the light of Keynes General Theory and post-Keynesian models that places the discussion of system instability arising from investment decisions of entrepreneurs and the importance of state planning. In the case studied, the correct balance of fiscal, monetary and exchange rate policy stimulated the expectations of economic agents in favor of the decision to invest, significantly reducing the impact of the international economic crisis in the country. The thought of Keynes and his followers were very consistent with national industrialization policies implemented by China, including to address the global crisis of 2008. The "Chinese Model", was able to accelerate its internalization strategy of production and consumption through the anticipation of major investments in infrastructure, possibly reducing urban-rural inequalities in the country. The analysis of the plan "Ten projects to expand domestic demand" also allowed exploratory weave considerations about possible links between infrastructure investment, economic growth, poverty reduction and income distribution.

Introdução

Em novembro de 2008, diante da eclosão da crise financeira mundial, o Comitê Central da República Popular da China anunciou a adoção do plano de estímulo econômico intitulado “扩大内需十项措施” [“Dez projetos para expandir a demanda interna”], promovendo políticas fiscais e monetárias expansionistas com vistas a manter o ritmo de crescimento da economia por meio do crescimento do componente interno da demanda agregada. O forte declínio da demanda por bens de consumo e de investimento na Europa e nos Estados Unidos - como consequência imediata da crise financeira internacional - afetou sobremaneira os níveis de produção e emprego na China. Em 2007, aproximadamente 40% das exportações chinesas eram destinadas aos Estados Unidos e ao bloco europeu, montante que correspondia também a cerca de 40% do PIB chinês no período (WORLD BANK, 2008 p.7)¹.

O plano de investimento, anunciado inicialmente com aproximadamente RMB 4 trilhões² (aprox. USD 586 bi³), vinha em um contexto macroeconômico distinto da maioria das economias centrais. Desde 2005, o governo chinês já estava aplicando medidas anticíclicas visando à redução do ritmo de crescimento da economia para patamares considerados sustentáveis, buscando atingir um *plateau* de aproximadamente 7% de crescimento anual do PIB, hipótese que ficou conhecida como *soft landing*, ou "pouso suave". O governo federal já havia sinalizado uma guinada no sentido do

1 Para informações detalhadas sobre o impacto da queda no volume das exportações chinesas durante a crise de 2008, consultar o artigo *The Collapse Speed of China's Exports in the 2008-2009* de JING, R.

2 RMB (Renminbi) é a moeda corrente da China, popularmente conhecida com Yuan.

3 Em dólares de 2008, na taxa de câmbio do período.

desenvolvimento chinês em direção ao fortalecimento do mercado interno, buscando alternativas ao modelo essencialmente exportador. Ao passo que o pacote de investimentos analisado vai aparentemente na direção oposta, visando ao estímulo da demanda e não ao "pouso suave", sua aplicação pode ser melhor compreendida sob a ótica do aprofundamento do projeto de internalização do eixo dinâmico da economia chinesa por meio do investimento em grandes projetos de infraestrutura e incentivo contínuo ao desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Visamos pontuar neste artigo os princípios macroeconômicos utilizados pelo plano “扩大内需十项措施”, [“Dez projetos para expandir a demanda interna”], relacionando-os com o modelo dinâmico da economia proposto originalmente por Keynes em sua *Teoria Geral*, assim como contextualizar a implementação do referido plano dentro da estratégia de inserção econômica chinesa. Espera-se que o estudo da estratégia chinesa e suas consequentes políticas econômicas possam contribuir para o debate da economia brasileira, sobretudo em seus aspectos estruturais, tais como crescimento econômico, distribuição de renda sua forma de inserção externa, temas importantes mas que não são objetos diretos desse estudo. No entanto vale aqui algumas considerações sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujo dinamismo se estruturou basicamente no mercado interno marcado por intensa concentração de renda. Casseb (1996) trata da questão da distribuição funcional da renda na esfera macroeconômica demonstrando que esta é resultado das decisões de investimento na economia e sua alocação pelos setores produtores de bens de consumo e de bens de capital. É pertinente acompanharmos o desenvolvimento do mercado interno da China nesse aspecto.

O presente artigo é dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na Parte I, os conceitos debatidos por Keynes na *Teoria Geral* serão retomados de forma sucinta, para ressaltar a importância decisiva da intervenção do Estado nas políticas estratégicas de médios e longos prazos, para o crescimento do produto e do emprego e, portanto, da produtividade da economia. Na Parte II, busca-se contextualizar a política macroeconômica adotada pela China nas últimas décadas enfocando questões estratégicas ligadas ao seu modelo de crescimento econômico e, portanto, de seu processo de inserção internacional. Na Parte III, apresentam-se os elementos centrais do plano [Dez projetos...], situando-o na discussão sobre insuficiência da demanda agregada, nível de emprego e a decisão de investimentos no modelo dinâmico keynesiano. Na Parte IV, é realizada uma breve apreciação da relação entre as políticas de investimento público chinês e as políticas de rendas que tem por interesse reduzir a desigualdade e a concentração de renda.

Parte I

Demanda efetiva, taxa de juros, a decisão de investir e o papel do Estado no âmbito da Teoria Geral

Nesta seção os elementos essenciais da agenda de pesquisa keynesiana, sobretudo aqueles introduzidos por Keynes, na *Teoria Geral* e os desenvolvimentos

posteriores da vertente pós-keynesiana serão recuperados com o objetivo de apontar as razões pelas quais, o Estado deve conduzir deliberadamente a política econômica, constituindo-se em condição necessária para que a economia possa, de fato, caminhar em direção ao crescimento do emprego, da produtividade e da Renda Nacional. (KEYNES, 1996).

Em contraste com a abordagem tradicional baseada na Lei de Say, na qual a oferta agregada é a variável determinante do nível de produção, na visão keynesiana, a demanda agregada, e em especial o investimento produtivo, representa o foco central da dinâmica de crescimento numa economia capitalista. Em particular, Keynes, na *Teoria Geral*, introduziu novos paradigmas na teoria econômica, como por exemplo, o princípio da não neutralidade da moeda, o caráter irreversível e não ergódico das decisões econômicas, a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez, para explicar quais são os condicionantes da decisão de investimento do capitalista. Em função da não neutralidade da moeda e do ambiente de incerteza, os agentes podem preferir, em determinados momentos, manter suas riquezas na forma líquida. A referência pela liquidez aliada a oferta de moeda, determina a taxa de juros. Esta, relacionada à eficiência marginal do capital, influencia na decisão de investir. O investimento, por seu turno, é o motor da acumulação e da dinâmica econômica como um todo. A temporalidade irreversível de uma economia monetária de produção impõe que o nível de investimento no passado pode determinar o nível de produção e do emprego no presente, assim como a decisão de investir no presente, somado à capacidade instalada atual, determina o nível de emprego e renda no presente e no futuro.

A taxa de juros é um componente relevante, é condição necessária, embora não suficiente na decisão de investimento na medida em que estabelece o patamar da taxa de retorno do investimento na produção de bens e serviços da economia. Quando seu nível está tão alto que não oferece recompensa ao empresário para sair dos ativos de caráter financeiro (com maior grau de liquidez) e migrar para o setor produtivo, o investimento dificilmente pode realizar-se. Para que o investimento privado ocorra, é necessário que o empresário aposte que o fluxo de rendimentos futuros, potencialmente gerado por investimento feito no presente, venha a ser superior ao custo de oportunidade representado pela renúncia à liquidez (a moeda, em forma de dinheiro ou títulos de alta liquidez) e os custos de produção. Dada à dificuldade que permeia a decisão de investir, Carvalho (2005) ressalta que deve haver indutores de expectativas de retorno favoráveis, de modo a compensar os custos desta opção em relação aos custos de opções mais seguras, como as aplicações financeiras. Portanto, a decisão de investimento e, conseqüentemente de produção, está sujeita a sensíveis flutuações, ao contrário do que defendia o modelo de equilíbrio da economia neoclássica.

O princípio e demanda efetiva é uma categoria analítica, central nas análises keynesianas para explicar flutuações no nível de investimento, do emprego e da produção que levam ao desequilíbrio sistêmico no capitalismo. A formulação da questão da demanda efetiva traz à tona a impossibilidade de atingir e manter o equilíbrio entre oferta e a procura globais, em oposição ao axioma do equilíbrio de pleno emprego onde

se estrutura a teoria neoclássica, cuja origem remonta à Lei de Say. Para Say e seus adeptos, toda oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço da demanda agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e emprego. Da mesma forma, a ideia de que a poupança individual leva inevitavelmente a um ato de investimento paralelo, isto é, de que poupança é igual a investimento é uma enorme simplificação. Para Keynes, trata-se de uma "ilusão de ótica que confunde duas atividades essencialmente diferentes", na medida em que concebem a existência de um vínculo causal direto entre as abstenção de um consumo imediato e decisões relativas ao fornecimento de consumo futuro quando na prática, não haveria relação direta e simples entre tais motivações.(KEYNES, 2012 p.18).

A questão da demanda efetiva traz a explicação sobre as razões das dificuldades impostas pela própria dinâmica da economia de mercado de se alcançar o pleno emprego. Sob a ótica da oferta (Z), referente às decisões de produção e preço tomadas de acordo com as expectativas de receita futura, se por dado motivo, há queda no nível de investimento, a própria realização do lucro do empresário no período presente torna-se mais difícil, mesmo este lucro tendo origem em investimento realizado no passado. Ou seja, a ruptura do ciclo de investimentos ameaça a oferta agregada de modo intertemporal: a cessão ou redução excessiva do nível de investimento no momento presente ameaça tanto a realização de lucros atuais relativos aos investimentos feitos no passado, como a própria continuidade desses investimentos no presente e no futuro, retroalimentando o ciclo de declínio.

A necessidade autônoma de expansão do capital depara-se então, com o obstáculo quase intransponível de manter a taxa da eficiência marginal do capital no tempo. O Estado, através de seus instrumentos de planejamento econômico, torna-se o principal fiador, através das políticas econômicas monetária, fiscal e cambial da trajetória do desenvolvimento econômico. A ação estatal deve orientar investimentos em infraestrutura, traçar políticas industriais, preparar as empresas públicas e o sistema financeiro para apoiar o setor industrial estimulando o financiamento para investimento e deste para a produtividade e para exportações competitivas. Desta forma, induz o círculo virtuoso e renova a promessa de realização dos lucros oriundos de investimentos passados e presentes, o que permite o pagamento das dívidas possibilitando a trajetória do crescimento econômico e reduzindo seus hiatos nos tempos de crises.

Da ótica da demanda (D), a questão essencial é que sem investimento não há emprego e renda, e sem renda a demanda por bens de produção e por bens de consumo não pode ser realizada e a distribuição de renda é afetada. É por este motivo que o comportamento da demanda agregada é o fio condutor das análises keynesianas.

Uma segunda questão é que, em uma economia não ergódica, a renda parcial gerada pelo montante de investimento realizada no passado não é prontamente convertida em novos investimentos e consumo, de modo automático e instantâneo, como apregoado pelo pensamento neoclássico. Em particular, a teoria neoclássica considerava que pudesse haver uma abstenção de consumo (poupança) mas que, no entanto, estes recursos não gastos se converteriam em investimentos por meio da

transferência entre agentes superavitários e deficitários de recursos⁴.

Aqui vale ressaltar, Keynes rejeita não somente a ideia de ajustes automáticos, como também a relação causal entre poupança e investimento. Conforme já nos referimos anteriormente, poupança e investimentos possuem naturezas completamente distintas. O investimento, como já dito, depende exclusivamente das expectativas de lucro dos agentes empresariais. A poupança é considerada um resíduo da renda, e só pode ser determinada a partir desta última. Como a renda só pode ser determinada pelo investimento realizado é este que determina a poupança e não o contrário.

No que concerne estritamente à decisão de investir por parte do empresário, a "propensão marginal ao consumo" não possui particular importância, pois esta não varia de forma significativa no curto prazo, sendo considerada constante no modelo de Keynes. No entanto, quando se analisa os efeitos multiplicadores de determinado investimento para o nível de renda, o conceito de propensão marginal a consumir tem relevância direta, sendo diretamente proporcional ao efeito multiplicador.

A partir do conceito de efeito multiplicador, é estabelecida uma relação determinada entre o fluxo de investimentos e o nível de emprego e renda, ou seja, a partir de dados reais, é possível analisar – inclusive setorialmente – o efeito de geração de emprego e renda consequente do incremento de cada unidade de investimento realizado. Keynes constrói seu conceito de *multiplicador de investimento* (k): “Ele [multiplicador k] nos indica que, quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a k vezes o acréscimo do investimento.” (KEYNES, 1996 p.134). O gasto em consumo que pela sua grandeza é muito importante torna-se consequência do investimento.

O poder da taxa de juro para controlar o nível de investimentos é não-automático e depende de diversas variáveis independentes, como, por exemplo a eficiência marginal do capital. Isso, entretanto, não significa negar o efeito da taxa de juro no comportamento da demanda agregada. O seu caráter “limitado” advém do fato de a taxa de juro influenciar indiretamente o nível de investimento e, por conseguinte, a demanda agregada. Em momentos de maior incerteza, como nos períodos de crise, os canais de transmissão da taxa de juro podem ser bloqueados pela preferência pela liquidez (CARVALHO, 1994).

Fica evidente que o nível de investimento determina a demanda agregada por bens e serviços e, portanto, o nível de emprego e o PIB. Se o volume global de investimentos realizados no presente, tende a ser menor do que o necessário para sustentação do emprego no presente e no próximo ciclo de investimentos, vai impactar negativamente a demanda agregada. Desta forma, Keynes evidencia brilhantemente que a tendência das economias capitalistas é que a demanda agregada seja inferior ao volume total de produção (oferta agregada), gerando desequilíbrio crescente na economia, tanto maior seja o crescimento de seu produto agregado, a menos que o nível de investimento seja expandido em ritmo crescente.

Por outro lado se cresce muito, com a tendência à concentração de renda do

⁴ Ver Robertson (1940).

sistema de mercado, a taxa da Eficiência Marginal do Capital tende a queda o que demanda intervenção do Estado na captação de poupança privada para investimento com retorno público e não privado, no sentido de fazer crescer a taxa de retorno ou a taxa de lucro . No longo prazo (horizonte de investimentos futuros), no entanto, a insuficiência de demanda agregada, consequência da falta de investimento, se prova como falha sistêmica do capitalismo. Segundo Chiatto-Leite (2010, p.7), “O nível de renda e emprego são vulneráveis aos estados das expectativas e da incerteza, variáveis essas que não apresentam comportamentos auto ajustáveis e são determinados por múltiplos motivos (...)”.

Chick (1983, p.65), alerta sobre a "armadilha semântica" do termo demanda efetiva: “demanda efetiva é um termo infeliz porque na realidade se refere à produção que será ofertada; em geral não há garantia de que ela será também demandada”. A autora ainda afirma que a demanda efetiva apenas se relaciona com a produção de fato demandada a partir das relações intertemporais de causalidade entre as múltiplas peças do esquema exposto na *Teoria Geral*, pois a produção ao determinar o emprego, determina a renda pessoal que corresponde a função de gasto pessoal de acordo com a propensão marginal a consumir.

É nessa distância intertemporal entre a produção que será ofertada e sua demanda efetiva (seu consumo realizado), que entra a necessidade da ação direta do Estado na economia. Pela incapacidade crônica da economia capitalista em manter-se próxima ou no pleno emprego, a intervenção ativa do Estado nas funções demanda agregada e oferta agregada se faz necessária na tentativa de tornar o sistema mais eficiente (utilização de recursos disponíveis) puxando a economia em direção ao pleno emprego. No que diz respeito às ferramentas macroeconômicas disponíveis para reduzir o nível de desemprego e estimular o investimento, Davidson (1998b) alerta para a importância das políticas monetária e fiscal para compensar alguma restrição externa relativa ao balanço de transações correntes, e “empurrar” a economia para um nível próximo ao de pleno emprego, promovendo crescimento econômico e reduzindo o desemprego.

No capítulo XXIV da *Teoria Geral*, Keynes destaca a função orientadora do Estado no incentivo ao consumo e investimento, por meio de seu sistema de tributação, taxa de juro e “socialização algo ampla dos investimentos” que segundo o autor seria o único modo de assegurar “uma situação aproximada de pleno emprego” (1996, p.345) definindo duas funções essenciais do Estado na economia: determinar o montante agregado de recursos destinado a aumentar os meios de produção e regular a taxa média de remuneração a seus detentores. Nos momentos de crise ou maior instabilidade financeira, a intervenção do Estado se torna mais necessária. Sobre a crise recente, Krugman (2009) sugere que “os formuladores de política econômica em todo o mundo devem fazer duas coisas: garantir o fluxo de crédito e, mais uma vez, estimular os gastos”.

Parte II – Política macroeconômica e inserção da China na economia internacional

A política macroeconômica adotada pela China nas últimas décadas será contextualizada à luz de seu processo de inserção internacional, enfocando questões estratégicas ligadas ao seu modelo de crescimento econômico. A singular importância de se discutir a inserção internacional chinesa neste trabalho se deve à ligação intrínseca e histórica entre as políticas chinesas de inserção internacional e as suas políticas macroeconômicas, ligação esta que sofre relativa ruptura a partir da crise internacional.

Historicamente, o processo de inserção internacional da República Popular da China teve grande impulso com a implantação do programa “Quatro Grandes Modernizações” (四个现代化), idealizado por Zhou En Lai (周恩来) e Nie Rong Zheng (聂荣臻) na década de sessenta e implantado por Deng Xiao Ping (邓小平) a partir de 1978. O programa objetivou a revitalização da agricultura, florescimento da indústria, a defesa nacional e o desenvolvimento científico e tecnológico, sinalizando ao mundo a ambição chinesa de tornar-se uma superpotência econômica no início do século XXI, retomando seu lugar histórico no cenário internacional.

O modelo adotado baseou-se em grande medida na atração seletiva de capital internacional, destinado à formação bruta de capital fixo. A China utilizou engenhosamente suas vantagens competitivas – no início, seus baixos custos de produção, e posteriormente, o acesso a seu enorme mercado interno – para regular a entrada de investimento externo direto (IED) no país, adotando o conhecido modelo de transferência de tecnologia das empresas estrangeiras para as chinesas dentro do regime de *joint ventures*, único modo de entrada para empresas estrangeiras até o início dos anos 2000. Este regime de *joint-ventures* foi implantado em grande parte nas zonas costeiras por meio de dezenas de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) com benefícios fiscais e custos logísticos reduzidos, levando ao desenvolvimento de parques fabris exportadores que se beneficiaram de transferência de tecnologia estrangeira, fomentando taxas de crescimento do produto de dois dígitos nas três décadas seguintes. Apoiando-se em planejamento estatal de longo prazo, os principais eixos de ação foram a reforma agrária, o fomento das exportações e proteção do mercado interno, a formação de grandes grupos estatais com a ambição de competir internacionalmente, a reforma das antigas empresas estatais (SOEs), e a promoção de empresas coletivas de vilas e municípios. (OLIVEIRA, 2006).

Flassbeck (2005) observa que a política heterodoxa adotada pela China foi parte essencial de sua estratégia de inserção internacional, destacando o conjunto de políticas macroeconômicas que permitiram, a partir de 1994, a manutenção de uma taxa de câmbio estável e competitiva, um prudente controle anticíclico da demanda aliado a manutenção de uma taxa de juros real [bastante] baixa e estável. Ainda segundo o autor, o principal elemento de sucesso da estratégia chinesa de inserção internacional foi a unificação da taxa de câmbio e sua fixação em 8,70 Yuan por dólar a partir de 1994.

O regime de macro bandas admitia variações cada vez menores a partir da taxa oficial: na crise asiática de 1997 a China reduziu a variação permitida para 0,4%, e em 2001 a banda cambial foi reduzida para 0,01%, no patamar de 8,27 Yuan. Aproveitando-se da conta fechada de capitais, o governo chinês utilizou ferramentas heterodoxas de estabilização de salários nominais e controle de preços, de modo que a depreciação

nominal da taxa de câmbio não teve impacto significativo nas outras variáveis ligadas ao custo de produção, permitindo que a competitividade chinesa aumentasse significativamente frente a seus parceiros comerciais: as exportações chinesas de bens e serviços saltaram de USD 118,93 bi em 1994 para USD 279,56 bi em 2000 e chegando a USD 658,31 bi em 2004, registrando um crescimento de 553% em uma década. (WORLD BANK, 2014).

A opção chinesa de atração massiva de capital estrangeiro e crescimento orientado para exportações gerou a acumulação de reservas cambiais que suportaram a política fiscal de estímulo a demanda para estimular a economia na crise financeira de 1997, que foi fortemente voltada ao investimento público.

A China já aplicou também políticas macroeconômicas anticíclicas no sentido de desestimular o investimento, no intuito de reduzir o ritmo de crescimento da economia. Conforme relata Flassbeck (2005, p.33) o “arrefecimento forçado” da economia chinesa entre 1994/95, representa um bom exemplo de uso efetivo de ferramentas orçamentárias. O nível de investimento na época estava crescendo rapidamente, gerando ameaça de inflação. O nível de inflação medido pelo índice de preços ao consumidor acelerou de 3,5% em 1991 para 14,5% em 1993, chegando em 24% em 1994. Apesar do aumento dos empréstimos bancários, de 8,6% em 1991 para 12% em 1995, a aceleração da inflação sobre compensou o aumento das taxas de juros nominal, e a taxa de juros real caiu no período. O Banco Central então aplicou condições restritivas ao crédito, retirando créditos de refinanciamento e reduzindo empréstimos direcionados a projetos especiais. Ainda segundo o autor (2005, p.33), a economia chinesa foi atingida por um forte choque de demanda na crise econômica asiática de 1997/98. Este choque afetou principalmente o setor de manufaturas, pois os principais parceiros comerciais da China e também seus concorrentes foram forçados a desvalorizar suas moedas e restringir o gasto público. Em cerca de um ano, cerca de 10% da força de trabalho da indústria foi despedida. A China então reagiu rapidamente. As taxas de juros foram cortadas radicalmente, taxas de juro bancárias caíram de 8,6% em 1997 para 3,2% em 1999 e o nível de empréstimos caiu de 8,6% para 5,9%. As políticas anticíclicas mais eficazes, contudo, foram as políticas fiscais orientadas pelo gasto público. O investimento público em infraestrutura aumentou em 38,9% em 1998 e mais 56,5% em 1999. O investimento entre empresas públicas estatais (SOEs) também cresceu. Entre 1997 e 1998 a taxa de crescimento aumentou de 9% para 17,4%, caracterizando a importância da política fiscal para gestão da demanda efetiva pelo governo chinês a partir das reformas de 1994.

Nesta seção é possível destacar que, dentro do contexto político-econômico que emergiu a partir do programa *Quatro Grandes Modernizações*, encabeçado por Deng Xiao Ping a partir de 1979, e especialmente após a reforma cambial de 1994, a forte participação estatal, teve importância crescente na operacionalização do projeto estratégico chinês de inserção internacional. Utilizando como suporte as reservas acumuladas na balança de pagamentos por meio das exportações e investimentos externos diretos, a China vem usando políticas anticíclicas (monetárias e fiscais) para gestão de crises internacionais. O investimento público em infraestrutura tem sido uma

de suas principais ferramentas de fomento à recuperação da demanda efetiva e do nível de emprego. Após esta breve contextualização, a próxima seção abordará especificamente o pacote de investimentos denominado “Dez projetos para expandir a demanda interna” anunciado em novembro de 2008.

Parte III – O plano “Dez projetos para expandir a demanda interna”

Quando a crise econômica internacional chegou a China no segundo semestre de 2008, ao menos três fatores subjacentes a sua inserção político-econômica internacional se conformaram em um momento específico no qual podemos dizer que a China aproveitou a crise econômica como uma oportunidade de realizar ajustes macroeconômicos, reforças sua estratégia de crescimento para dentro (“Go West”) e fazer investimentos necessários em infraestrutura já previstos em seu 11º plano quinquenal (2006-2010)⁵. Desse modo, podemos dizer que a China utilizou políticas keynesianas em pleno acordo com o modelo dinâmico keynesiano, articulando este leque de políticas fiscais e monetárias, agora cambiais, com seus objetivos estratégicos.

Primeiramente, a crise econômica internacional atingiu a China em meio a um momento de desaceleração planejada por Pequim há anos, com vistas a promover o “pouso suave” (*soft landing*) da economia, reduzindo o risco de choques advindos de uma desaceleração abrupta do crescimento. Em segundo lugar, a economia chinesa continuava fortemente vinculada à economia norte-americana por meio dos mecanismos de recebimento de investimentos externos diretos(IED), pela compra de títulos do tesouro americano (FED) e pela forte entrada de divisas por meio nas contas correntes devido ao crescente volume de exportações. Sobre este ponto, Palley (2006) já alertava antes da eclosão da crise sobre a necessidade de uma transição do modelo de crescimento *export-led* da economia chinesa, para um modelo de crescimento puxado pela demanda doméstica. Em terceiro lugar, é importante notar que a crise ofereceu a China oportunidades de impulsionar as mudanças estruturais necessárias visando o fortalecimento da demanda interna e o deslocamento do eixo dinâmico da economia para o interior. Neste contexto, a rede de infraestrutura de transportes criada teve papel instrumental, assim como o estímulo à inovação tecnológica e a diversificação de sua pauta e principais destinos de exportações, com vistas a reduzir sua dependência externa. (SCHÜLLER e SCHÜLLER-ZHOU, 2009)

Sobre este pano de fundo, com o objetivo de atenuar os efeitos da crise econômica internacional, o governo central da República Popular da China anunciou em Novembro de 2008 a adoção do plano de estímulo à economia intitulado “扩大内需十项措施” [“Dez projetos para expandir a demanda interna”]. O plano objetivava colocar em marcha políticas fiscais e monetárias expansionistas, visando a manter o ritmo de crescimento da economia por meio do crescimento do componente interno da demanda agregada, uma vez que o país enfrentou grande queda no montante

⁵ No site do governo central da República Popular da China é possível acessar o plano de investimento em infraestrutura de transportes (integração nacional) em maiores detalhes. <http://english.gov.cn/2006-03/06/content_219886.htm>

de investimentos externos e exportações como consequência da crise financeira internacional.

O forte declínio da demanda por bens de consumo e de investimento principalmente no Japão, Europa e nos Estados Unidos afetou sobremaneira a China, cuja economia já era fortemente calcada na geração de empregos e receitas oriundas das exportações de manufaturados. Em 2008, as exportações contabilizavam 32% do PIB e a corrente de comércio (exportações mais importações) corresponderiam a 59% do PIB. Cerca de 50% das exportações chinesas neste ano eram destinadas ao G-3 (Estados Unidos, União Européia e Japão) que estavam no auge da crise, e os demais parceiros comerciais da China encontravam-se todos em recessão: Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e outros países da ASEAN reduziram dramaticamente suas importações da China (ZHANG, 2009).

A crise econômica de 2008 poderia ter tido um impacto muito mais severo na economia chinesa se não fosse pelas políticas macroeconômicas adotadas pelo governo chinês.⁶ Estas políticas fiscais e monetárias – como a injeção de grandes pacotes de investimentos públicos em infraestrutura e a transição para o regime de câmbio variável – apontam muito mais para uma tendência que se iniciou alguns anos antes do que uma mera reação aos choques externos.

As poucas informações disponíveis sobre o programa de estímulo econômico foram publicadas em notas pela agência oficial de comunicação do Estado Chinês (Xinhua) entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009. A primeira nota data de 09 de novembro de 2008, na qual a agência de notícias reporta as medidas anticíclicas anunciadas pelo Conselho de Estado para proteger o país da crise econômica global: o governo anuncia que afrouxará as condições de acesso ao crédito, reduzirá impostos e embarcará num programa massivo de investimento público em infraestrutura, com o objetivo de minimizar os impactos da crise econômica por meio do crescimento da demanda interna. Nesta nota, o pacote de 4 trilhões de yuans (USD 586 bi em dólares de 2008, o equivalente a um terço do montante de capital fixo da economia chinesa em 2007), é anunciado com previsão de ser gasto nos dois anos subsequentes, para financiar programas em dez grandes áreas, como habitação popular, infraestrutura rural, acesso à água, energia elétrica, transporte, meio-ambiente, inovação tecnológica e reconstrução das áreas devastadas por desastres, em especial os danos causados pelo terremoto de 12 de Maio de 2008. Segundo Yuan Gangming⁷, citado nesta nota, “a política fiscal sozinha não surtirá muito efeito sem a coordenação de uma política monetária de afrouxamento do crédito” (XINHUA, 2008b). A citação do Prof. Yuan ressalta a necessária complementaridade das políticas monetárias e fiscais no bojo dos objetivos de política macroeconômica que visam expandir o produto.

⁶ Esta proposição pode ser comprovada por meio da análise da evolução trimestral do crescimento do produto interno bruto durante o ano de 2009, conforme o relatório *China Quarterly Review 2010* do Banco Mundial conforme mostrado na próxima seção.

⁷ Yuan Gao Ming é pesquisador no Centro para Estudos Chineses da Universidade Tsinghua. Na citação original: “The active fiscal policy alone would not bear much fruit without the coordination of easing monetary policy. The two should work together to confront the economic complexity of home and abroad”

Em dezembro de 2008, o governo chinês decretou que a mídia mantivesse atitude positiva em relação à crise para evitar pânico e aumentar a confiança do consumidor. Neste mês, as fontes de informações novas e fidedignas sobre o estado da crise foram drasticamente reduzidas.

Segundo Naughton (2009), o programa de estímulo chinês pode ser dividido em três componentes inter-relacionados: um plano de investimentos, um conjunto de mecanismos de financiamento e uma série de políticas industriais. Em conjunto, os três componentes podem conformar a trajetória de desenvolvimento da China por uma década ou mais. Para o autor, o anúncio de um número desta magnitude e o controle da informação sobre a gravidade da crise foi instrumental para a melhora das expectativas dos investidores sobre a maximização dos lucros no longo prazo, mas apesar do alarde inicial, a ação ocorreu de fato nos bastidores. O Partido Comunista Chinês produziu um documento de uso interno posteriormente conhecido como *Central Document No. 18 of 2008 (Zhongfa [2008] 18)*, que designava dez políticas para “expandir ainda mais a demanda interna e assegurar um crescimento rápido e estável”. O documento assinalava com forte tom de urgência, um aumento de investimento de RMB 120 bilhões ainda no quarto trimestre de 2008 em seis áreas designadas, com a expectativa de, a partir deste montante, atrair investimento das províncias e municipalidades, de modo a atingir RMB 400 bilhões.

Em reunião de 10 de novembro, ficou claro para as bases do partido, que “a prioridade absoluta é implementar urgentemente a capacidade de investimento público e outras medidas para aumentar a demanda doméstica”. As agências federais e provinciais foram urgidas a refazerem todas as contas em detalhes de modo a não poupar nenhum centavo em caixa. [zhengfen duomiao]. Os governos provinciais se organizaram em poucos dias para alinhar suas políticas locais com o novo momento de súbita expansão fiscal, e pleitear a inclusão de seus projetos prioritários, dentro das áreas eleitas pelo Governo Central, no pacote de investimentos federal, total ou parcialmente, iniciando um processo de barganha política entre governos locais⁸. No período de um mês, 18 províncias propuseram um conjunto de projetos com valor estimado de RMB 25 trilhões, o equivalente a 80% do PIB corrente da China naquele ano. O governo central não elegeu projetos individualmente, mas baseado no conjunto apresentado por cada localidade, aprovou a alocação de recursos correspondente. Em meados de dezembro de 2008 foi aprovado o primeiro lote de recursos, no valor de RMB 100 bilhões, e ao final de fevereiro de 2009 saiu o segundo lote, no montante de RMB 130 bilhões para o primeiro trimestre de 2009. Nestes lotes, a injeção de recursos foi centrada no nível provincial, que recebeu aproximadamente 75% dos recursos aplicados. A parcela destinada ao governo central é geralmente direcionada a projetos de infraestrutura com longo prazo de maturação, ao passo que a parcela das localidades é geralmente aplicada em saúde, educação e meio-ambiente, assim como habitação popular e infraestrutura rural. (NAUGHTON, 2009).

Ainda segundo Naughton (2009), a transferência de recursos do governo central

se dá mediante a promessa de integralização dos montantes totais pelas localidades, que contaram ainda com recursos próprios e títulos do tesouro emitidos especificamente dentro do contexto do programa de estímulo, condicionados ao investimento em projetos aprovados pelo governo central, uma vez que na China, os governos locais não têm autonomia para contrair empréstimos por conta própria. Outras ferramentas de expansão do crédito, como a criação de linhas de financiamento de longo prazo e a emissão de títulos de crédito corporativo vinculado a projetos aprovados pelo programa de estímulo foram aplicadas para viabilizar o investimento. O alto senso de urgência, aliado ao afrouxamento das exigências para concessão de crédito, assim como a própria politização do programa, levou os bancos comerciais a aumentarem consideravelmente o nível de empréstimos. Estes fatores foram centrais para a explosão do nível de empréstimos, que chegou a RMB 4,6 trilhões no primeiro trimestre de 2009, ou seja, superior ao montante total do pacote de estímulo durante os dois anos de sua duração prevista. Entre 2002 e 2008 o crescimento do montante de empréstimos foi de 5,3% do PIB anualizado, ao passo que em 2009, o crédito cresceu 15,3% do PIB. Apenas 9% do montante deste crédito foi destinado ao consumo das famílias, ao passo que mais de 90% foi destinado ao investimento (não financeiro), sendo 37% empréstimos de longo prazo para empresas e 32% redesconto de duplicatas, ambas as modalidades serviram para impulsionar novos investimentos. O pacote de incentivo contou ainda com subsídio direto a bens de consumo duráveis e não duráveis (como eletrodomésticos, por exemplo), cortes em impostos e programas de transferência de renda.

Em março de 2009, a Comissão Nacional para Reforma e Desenvolvimento anunciou uma repartição mais detalhada do pacote global de RMB 4 trilhões, com forte ênfase em projetos de infraestrutura, reconstrução das áreas atingidas pelo terremoto de maio de 2008 e habitação popular. Projetos de infraestrutura pública contabilizaram aproximadamente RMB 1,50 trilhões, ou o equivalente a 38% do total investido, liderando a alocação de recursos do programa de estímulo. Neste montante foram inclusos a construção de ferrovias de alta velocidade, rodovias no interior do país, projetos de irrigação e a reforma e construção de novos aeroportos em dezenas de cidades no litoral e interior da China. A segunda maior área de alocação de recursos – RMB 1 trilhão – foi destinada aos trabalhos de reconstrução das áreas atingidas pelo terremoto de magnitude 8 que atingiu a província de Sichuan em maio de 2008. Em terceiro lugar, foram alocados RMB 400 bilhões em fundos agrupados na categoria de “Bem-estar social”, incluindo investimentos em seguridade social, construção de moradia popular e reabilitação de áreas de risco. (THE ECONOMIC OBSERVER, 2009).

Na sequência, foram alocados RMB 370 bilhões para programas de desenvolvimento rural e o mesmo montante para programas de desenvolvimento tecnológico. Entre os projetos de desenvolvimento rural estão à construção de infraestrutura pública, a realocação de população sem-terra, e a provisão de água potável para consumo, enquanto os programas de desenvolvimento tecnológico objetivaram essencialmente o aprimoramento de dez indústrias selecionadas, buscando fugir ao modelo de mão de obra barata e intensiva voltada às exportações. O governo

chinês também alocou RMB 210 bilhões para a promoção de economia energética e corte na emissão de gases poluentes, assim como outros projetos de engenharia ambiental. RMB 150 bilhões foram alocados em projetos educacionais, culturais e de planejamento familiar (THE ECONOMIC OBSERVER, 2009).

Na perspectiva keynesiana, o gasto público pode ter um efeito multiplicador na receita agregada quando há recursos produtivos disponíveis ou subutilizados devido a disfunções da economia. Segundo Zhang (2009), Pequim acredita fortemente que o princípio multiplicador aplica-se não apenas às economias avançadas de mercado durante períodos de recessão profunda, mas também para países em desenvolvimento nos quais se acredita que falhas de mercado e a subutilização de recursos econômicos sejam a norma, e não a exceção. Wang e Wen (2013) analisam a importância do gasto público governamental no desempenho econômico da China e concluem que, mesmo com críticas acerca do possível caráter inflacionário destas políticas, assim como a utilidade questionável de muitas obras públicas empreendidas na China, com cidades desertas e estradas que levam do nada o lugar algum, por exemplo. Sua análise estatística de série de dados 1984-2012 demonstra que o fator multiplicador na China situa-se próximo ou superior a três, um fator multiplicador considerado razoável para justificar os investimentos através desta lógica. Não obstante, a China aplicou estes recursos numa extensa malha rodoviária, ferroviária e aeroportuária de alta tecnologia, aferindo ganhos incrementais em competitividade logística e contribuindo com seu programa de deslocamento do eixo dinâmico da economia para ao mercado interno. Desse modo, os investimentos em infraestrutura rural e urbana na China, assim como o programa [“Dez medidas”] como um todo, foram utilizados de modo estratégico para dirimir os efeitos perversos da crise, com impacto imediato em sua economia, e ao mesmo tempo, realizar os investimentos necessários para atingir seus objetivos de longo prazo, dando continuidade à sua estratégia de inserção internacional.

Em março de 2010, a publicação *China Quarterly Report*, do Banco Mundial fez o seguinte balanço: Apesar do “colapso” das exportações no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, a China conseguiu crescer 8,7% em 2009 (sendo 10% no segundo semestre e 10,7% no último trimestre). O motivo por detrás desta retomada no crescimento foi o massivo programa de estímulo ao investimento. O pacote de estímulo foi o equivalente a 5,9% do PIB em 2009, no entanto, o déficit público cresceu apenas de 0,40 % do PIB em 2008, para 2,8% em 2009, uma vez que os empréstimos bancários contribuíram com quase dois terços do estímulo econômico (RMB 9,6 trilhões ou quase 30% do PIB), sem mencionar que os governos dos vilarejos e províncias integralizaram parte considerável do investimento público. (WORLD BANK, 2010).

Em síntese, diante do contexto da crise financeira internacional de 2008, a China utilizou-se estrategicamente de políticas fiscais e monetárias keynesianas de estímulo ao investimento para dirimir os efeitos adversos da crise econômica, como a queda brusca em seu volume de exportações e o desemprego no setor manufatureiro. Ainda aproveitou a oportunidade para impulsionar seu projeto de desenvolvimento nacional por meio de política de internalização do eixo dinâmico da economia e construção de malha viária, ferroviária e aeroportuária que viabilizem este deslocamento do eixo dinâmico para o

mercado interno, além de diversas outras obras de infraestrutura importantes ao crescimento econômico.

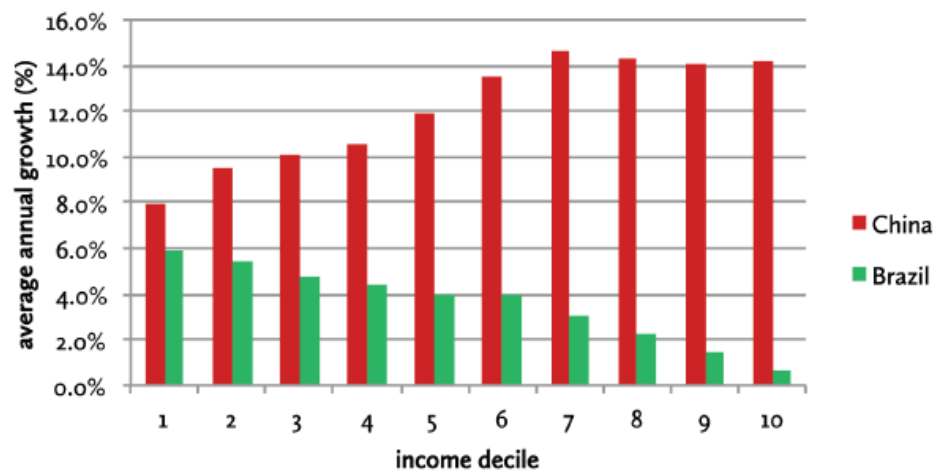
Assim, a política anticíclica adotada pela China utilizou-se da interação dinâmica entre o conjunto de políticas fiscais e monetárias para atingir seus objetivos estratégicos. O forte investimento público em infraestrutura e habitação (áreas com alto fator multiplicador de investimento e consumo), o estímulo e facilitação de acesso ao crédito e uma taxa de juros baixa o bastante para incentivar o não entesouramento, produziram não apenas um retorno aos níveis de crescimento econômico pré-crise, como o investimento direcionado em infraestrutura de transportes internos, ferrovias de alta velocidade, construção de aeroportos, entre outros, contribui com o objetivo de interiorização do consumo e deslocamento do eixo dinâmico da economia para o interior do país.

Os investimentos em tecnologia industrial, tecnologias de economia energética e engenharia ambiental, os subsídios ao consumo e a flexibilização das exigências para novos empréstimos pelos bancos comerciais também são exemplos de políticas que combinadas. Além de produzirem resultados táticos – como a redução do índice de desemprego e recuperação do crescimento econômico nos próximos trimestres – como estratégicas, ligadas aos objetivos nacionais de longo prazo da China, como a liderança tecnológica em setores-chave, uma matriz energética limpa e renovável e a redução das desigualdades entre cidade e campo.

Parte IV - Investimento público em infraestrutura e redução da desigualdade

O espetacular crescimento chinês nas últimas décadas foi acompanhado por grande crescimento da desigualdade interna constatada pelo aumento do índice de Gini, que entre 1978, ano que marca o início das reformas econômicas, e 2011, saltou de 0.16 para 0.37 no meio urbano e de 0.22 para 0.39 no meio rural (LI, 2013). Sicular (2006, 2013) mostra que a maior parte do recrudescimento da desigualdade na China desde a década de oitenta deve-se muito mais ao forte crescimento da renda nos estratos mais ricos e menos ao declínio ou estagnação da receita dos estratos mais pobres da população, ressaltando que o incremento na renda dos 10% mais ricos chegou a aumentar em 92% entre 2003 e 2007. O **Gráfico I** ilustra as diferenças nas curvas de crescimento dos rendimentos domiciliares *per capita* no Brasil e a China ao longo da década de 2000, evidenciando que enquanto a China apresentou crescimento acelerado nos decis mais ricos da população, no Brasil, aparentemente ocorreu o fenômeno oposto, muito embora uma análise mais detalhada deste processo fuja ao escopo deste artigo.

Gráfico 1 : Crescimento da renda per capita domiciliar no Brasil e na China por estrato*



* Dados para China relativos ao período 2002 a 2007 e dados do Brasil referem-se ao período 2001 - 2009, em preços constantes.

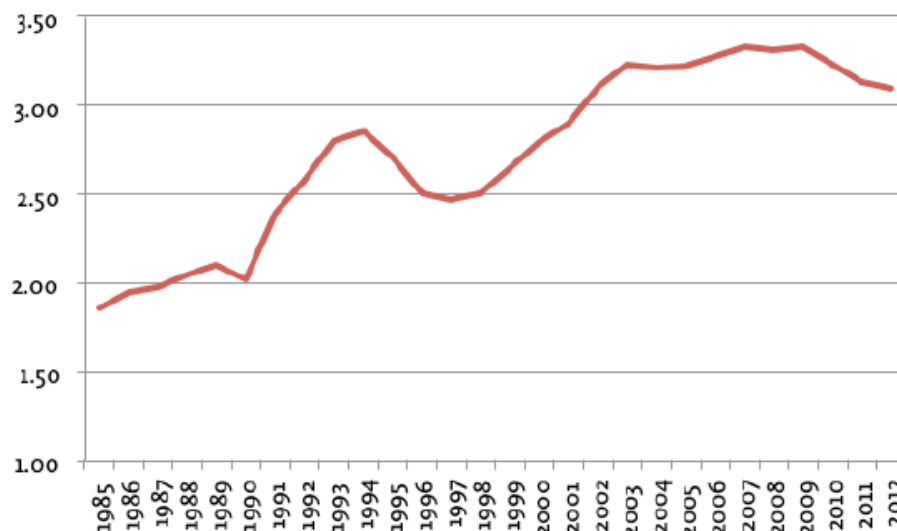
FONTE: LUSTIG ET AL, 2012 APUD SICULAR, 2013.

Ainda segundo o trabalho de Sicular (2013), a desigualdade na China é fortemente relacionada com as disparidades entre os meios urbano e rural, conforme o **Gráfico 2** reproduzido abaixo. Verifica-se um crescimento acentuado na disparidade da renda rural e urbana: a renda urbana, que era de aproximadamente 1,8 vezes a renda rural em meados da década de oitenta, cresceu para uma razão de aproximadamente 3,30 vezes em 2007, ano em que essa disparidade se estabiliza para então apresentar ligeira queda. Embora a renda de salários represente apenas parte da renda total dos domicílios em ambos países, na China a renda oriunda de ganhos de capital, incentivos governamentais, aluguéis e outras receitas não tributáveis foi responsável por cerca de

Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26. Número 2 (48). pp. 65 - 86. Set 2015 | P á g i n a 80

40% dos rendimentos totais urbanos e apenas 15% dos rendimentos rurais no ano de 2007. A defasagem nos salários rurais caminha conjuntamente com a falta de oportunidades e cobertura inadequada dos serviços públicos. (SICULAR, 2013).

Gráfico 2: Razão entre rendimentos domiciliares urbanos e rurais na China de 1985 a 2012.



Fonte original dos dados: Departamento Nacional de Estatística da República Popular da China (2012).

Fonte do gráfico: SICULAR, 2013 p.4.

Embora as razões para a atenuação da razão da desigualdade de renda rural-urbano na China não seja o foco deste artigo, diversos autores ligam o impacto dos investimentos em infraestrutura à universalização de serviços públicos e possível redução das desigualdades. (CALDERÓN E SERVÉN,2014; JALILIAN e WEISS, 2014).Calderón e Servén (2014) revisam a literatura que liga o investimento público em infraestrutura ao aumento da renda, concluindo que, apesar de grandes dificuldades metodológicas, a revisão da literatura apresenta um impacto positivo entre infraestrutura e aumento do nível de renda, muito embora os mecanismos precisos dessa transmissão ainda careçam de estudos posteriores.

Zhang, Wang e Cheng (2013) estudaram o impacto de investimentos públicos em infraestrutura na China na redução da desigualdade, concluindo que há uma redução no índice de Gini urbano e rural a partir do consumo real das famílias, além da redução da disparidade entre a desigualdade de renda nos meios rural e urbano.

Vale ressaltar a contribuição pós-keynesiana de Kregel (1973) e Minsky (1986) onde o primeiro aponta que a questão central para o crescimento do salário real no tempo é a disponibilidade física de bens de salário, e o *markup*, supondo constante a produtividade e na ausência de consumo capitalista, depende da alocação de mão de obra nos referidos setores. Traz também uma análise sobre as implicações distributivas da composição do comércio internacional.

Já o segundo autor, ressalta que o déficit público traz importantes implicações distributiva: quando se trata de gasto com bens de investimento faz aumentar a taxa de acumulação do sistema; se o faz pagando salário, sem aumentar a oferta de bens de salário, promove uma demanda monetária maior que a oferta de bens, provocando aumento de preços e queda no salário real. Casseb (1996, p. 336) partindo desses autores e ampliando o modelo com setor governo e setor externo, conclui que “ As decisões de investimento e o conjunto das relações econômicas internas e externas às quais elas estão submetidas tem importância decisiva na determinação do perfil de distribuição de renda de uma sociedade” No caso da economia brasileira, com a ausência de *linkage* de investimento entre o setor produtor de bens de consumo (bens de salário) e bens de capital, quando a barreira externa ao crescimento e a barreira interna atuam simultaneamente, períodos de crise, trazem consequências dramáticas para a maioria da população. “Na ausência de uma atuação firme do governo para recuperar a capacidade de investimento da economia, tais barreiras intensificam à concentração de renda”. (CASSEB, 1996 p.336).

Comentários Finais

A política macroeconômica chinesa no período analisado contemplou investimentos massivos do Estado na economia em obras de fator multiplicador razoavelmente alto, aliado a uma gestão de expectativas dos empresários, e facilitação do acesso ao crédito. A adoção do pacote [“Dez projetos para expandir a demanda interna”], pelo Comitê Central da República Popular da China permite inferir que o uso de instrumental teórico pós-keynesiano auxiliou na reversão de possíveis agravos da crise financeira internacional já no primeiro semestre de 2009, demonstrou uma identificação com o entendimento da dinâmica dos condicionantes teóricos do papel do Estado na busca do desenvolvimento econômico em Keynes e na sua vertente pós-keynesiana .

A estratégia de buscar o aumento do nível de investimento, simultaneamente pelo investimento direto público e pela gestão adequada de expectativas dos agentes econômicos (públicos e privados), é a característica mais marcante que liga conceitualmente o pacote de investimento à macroeconomia de Keynes. O Comitê Central utilizou uma estratégia que permitiu retomar o nível de investimento das províncias e vilarejos a partir de uma alocação inicial de RMB 100 bilhões, chegando a um investimento público agregado de quase RMB400 bilhões no primeiro trimestre (NAUGHTON, 2009). Ademais, as políticas fiscais e monetárias (crédito) adotadas, apoiadas por forte propaganda do partido, influenciaram positivamente na decisão de investimento dos empresários, que contraíram crédito de 4,6 trilhões de RMB no primeiro trimestre de 2009, ano em que a o crédito cresceu para 15,3% do PIB, praticamente o triplo do constatado nos cinco anos anteriores. Este aumento no nível de investimento foi alavancado pelo fator multiplicador dos investimentos públicos, assim gerando duas forças que se retroalimentam de modo dinâmico: o deslocamento da função da oferta agregada para cima e o aumento da demanda agregada, advinda da

maior geração de emprego e renda. Estes fatores tendem a se intercalar em ciclos dinâmicos e intertemporais no vetor da acumulação constante de capital.

Conforme mencionado, o pacote [“Dez medidas”] contribuiu com o equivalente a 5,9 pontos percentuais do crescimento do PIB em 2009, que foi de 8,7% no total, atingindo uma média de 10% no segundo semestre e 10,7% no último trimestre. (WORLD BANK,2010). Assim, a rápida recuperação da taxa de crescimento de novos investimentos seguida pelo aumento do nível de emprego e da renda está claramente de acordo com preceitos da política anticíclica keynesiana: a melhora nas expectativas dos empresários, o acesso facilitado ao crédito, taxa de juros monetária suficientemente baixa para compensar a perda de liquidez e o fator multiplicador do investimento e do consumo, que multiplica o nível de investimento, emprego e renda a partir do gasto público.

O pacote adotado pela China, alicerçado no sistema financeiro que desempenhou seu papel de fazer alocação de capital para setores prioritários, contribuiu não apenas com a retomada do crescimento econômico no contexto da crise, mas também ajudou a criar condições favoráveis para a viabilização de novos ciclos de crescimento econômico de modo consonante com sua estratégia de inserção internacional. Por fim, é possível ainda sugerir, com base na literatura estudada, que o avanço em infraestrutura possibilitado pelo investimento público estatal pode contribuir com a redução na desigualdade na china em geral, dada à contribuição da desigualdade urbana e rural na desigualdade total. Considerando o grande dinamismo dos centros urbanos chineses e ainda as elevadas taxas de crescimento da renda nos estratos mais ricos, é possível que maior integração espacial proporcionada pelas novas redes de transportes possa ainda proporcionar a convergência de salários e oportunidades, desde que haja políticas governamentais que fornecem estímulos para a redução da desigualdade.

No que se refere à distribuição de renda vale recomendar cautela, pois conforme Casseb (1996), a questão da distribuição de renda está profundamente entrelaçada com questões de natureza estruturais, internas e externas de ordem macroeconômicas, sendo crucial o volume e à alocação dos investimentos, a composição do comércio externo em termos de bens de consumo e de capital, a composição do gasto do governo, as políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial) e as políticas sociais. Este tema, no caso da China, ainda carece de mais pesquisa e estudos para que o sentido e a magnitude dessas inter-relações possam ser de fato melhor analisadas.

Por fim, ao mesmo tempo em que a resposta da China foi eficaz para sustentar à taxa de crescimento em tempos de crise, outros problemas complexos vão se colocando obrigando-a a repensar novas estratégias de desenvolvimento. Essa é a dialética do desenvolvimento capitalista.

Referências

CAI, F. ; CHAN, K. The Global Economic Crisis and Unemployment in China. **Eurasian Geography and Economics** 50, No. 5. 2009. p. 513–531.

CALDERÓN, C.; SERVÉN, L. **Infrastructure, Growth, and Inequality An Overview**. Policy Research Working Paper 7034. Macroeconomics and Growth Team, Development Research Group. World Bank Group. setembro de 2014. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2014/09/20210994/infrastructure-growth-inequality-overview>>. Consulta em 25 abr 2014.

CARVALHO, F. Políticas Econômicas para Economias Monetárias. In: LIMA, G., SICSU, J. e PAULA, L.F. (org.). **Macroeconomia Moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. p. 258-283.

CARVALHEIRO, N. Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções em Keynes e Kalecki. **Revista de Economia Política**, vol.7, n.2 abril-junho, 1987. Disponível em : [<http://www.rep.org.br/pdf/26-7.pdf>] Acesso em 04/04/2014.

CASSEB, N.. Distribuição de Renda na Esfera Macroeconômica: Decisões de Investimento e Bens de Salário. **Revista Estudos Econômicos**, IPE-FEA-USP, v. 26, 1996.

CHICK, V. **Macroeconomics after Keynes : A reconsideration of the General Theory**. Cambridge, MA : MIT Press, 1983.

DAVIDSON, P. Finance, Funding, Saving and Investment. **Journal of Post Keynesian Economics**. Fall vol. IX. Vol. 9 No. 1. 1986. pp. 101-110.

DAVIDSON, P. **The Case For Regulating International Capital Flows**. Paper Presented at the Social Market Foundation Seminar on Regulation of Capital Movements, London, November 17, 1998b.

JALILIAN, H.; WEISS, J. **Infrastructure, growth and poverty: some cross-country evidence**. Paper prepared for ADB Institute annual conference on infrastructure and development: poverty, regulation and private sector investment. Tokyo, Japan. 06 dez 2004.

KEYNES, J. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

KEYNES, J. . **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

KREGEL, J. **The Reconstruction of Political Economy**. New York: Wiley, 1973.

LAVOIE, M. **Introduction to Post-keynesian Economics**. Great Britain : Palgrave Macmillan, 2006.

LI, S.. **Changes in income inequality in China in the last three decades**. Working paper, 2013. Disponível em: <http://uschinacenter.as.nyu.edu/docs/IO/32612/Li_shi_paper.pdf>. Acesso em 20 abr 2014.

MINSKY, H. **Stabilizing and Unstable Economy**. New York: Yale University Press, 1986.

NAUGHTON, B. **Understanding the Chinese Stimulus Package**. China Leadership Monitor, No. 28.2009. Disponível em:<<http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM28BN.pdf>>. Acesso em 15 abr 2014.

OLIVEIRA, G. O Estado e A Inserção Ativa na Economia: A Estratégia de Desenvolvimento Econômico da China . **Revista de Economia UFPR** v. 34, n. 3. 2008.

SCHÜLLER, M.; SCHÜLLER-ZHOU, Y. China's Economic Policy in the Time of the Global Financial Crisis: Which Way Out? **Journal of Current Chinese Affairs** vol.3 p. 165-181, 2009. Disponível em:<<http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/files/journals/3/articles/65/public/65-65-1-PB.pdf>>. Acesso em 14 abr 2014.

THE ECONOMIC OBSERVER. [经济观察网]. **“China's Stimulus Package: A Breakdown of Spending”**. 07 Mar 2009. Disponível em: <http://www.eeo.com.cn/ens/finance_investment/2009/03/07/131626.shtml>. Acesso em 20 Mar 2014.

PALLEY, T. External Contradictions of the Chinese Development Model: Export-led Growth and the Dangers of Global Economic Contraction. **Journal of Contemporary China** Vol. 15 (46).2006.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. **Preliminary results achieved by China's anti-crisis measures**. 08 Abr 2009. Disponível em: <<http://english.people.com.cn/90001/90780/91344/6632562.html>> Acesso em 17 mar 2014.

ROBERTSON, D. **Essays in theory monetary**. P.S King, Londres: 1940.

SICULAR, T. The Challenge of High Inequality in China. **Inequality in Focus**. Poverty Reduction and Equity Department . Vol. 2, N. 2: World Bank: 2013. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Poverty%20documents/Inequality-In-Focus-0813.pdf>>. Acesso em 20 abr 2014.

SICULAR, T. ET AL. **The urban-rural income gap and inequality in China** . Research Paper, UNU-WIDER, United Nations University (UNU).No. 2006/135. Disponível em: <www.wider.unu.edu/.../en.../rp2006-135.pdf>. Consulta em 20 abr 2014.

XINHUA [Agência oficial de notícias do governo chinês] **“China plans 10 major steps to spark growth as fiscal, monetary policies ease”**. 09 nov 2008. Disponível em : <http://news.xinhuanet.com/english/2008-11/09/content_10332422.htm>. Acesso em 17 mar 2014 (2008a).

XINHUA [Agência oficial de notícias do governo chinês] **“China's 4 trillion yuan stimulus to boost economy, domestic demand”**. 09 nov 2008 Disponível em : <http://news.xinhuanet.com/english/2008-11/09/content_10331324.htm>. Acesso em 17 mar 2014 (2008b)

WANG,X.;WEN,Y. **Multiplier Effects of Government Spending: A Tale of China Preliminary** (February 1, 2013). Disponível em:<https://www.economicdynamics.org/meetpapers/2013/paper_214.pdf>. Consulta em 15 fev 2014.

WORLD BANK. **China Quarterly Update February 2008**. Pequim.2008. Disponível em:<http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2009/06/30/000356161_20090630034046/Rendered/PDF/491550CQU1June10Box338942B01PUBLIC1.pdf>. Acesso em 30 mar 2014.

WORLD BANK.**China Quarterly Update March 2010**. Pequim. 2010. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2010/03/12146102/china-quarterly-update-march-2010>>. Acesso em 10 fev 2014.

ZHANG, M. **The Impact of the Global Crisis on China and its Reaction**. Real Instituto Arcano. ARI 62/2009. Disponível em:<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_en/contenidoWCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_in/Zonas_in/ARI62-2009#.U5trVI1dXbg>. Acesso em 17 mar 2014.

ZHANG, Y.; WANG, X.;CHENG, K. Growth and Distributive Effects of Public Infrastructure Investments in China. IN: COCKBURN,J, ET AL. (eds.). **Infrastructure and Economic Growth in Asia**. Economic Studies in Inequality, Social Exclusion and Well-Being. DOI 10.1007/978-3-319-03137-8_4. 201. Springer: 2013.